



Celebrai! Ou, A Moça Sagrada.
Pintura por Bitta Bardo, Técnica Mista. Piratuba, SP, 2022

PELO DIREITO DE CONTAR-SE: O MARCO IDENTITÁRIO E ANCESTRAL COMO APRENDIZAGEM NA PEDAGOGIA GRIÔ

por Bitta Bardo

INTRODUÇÃO - O DIREITO DE SABER-SE EM UM PAÍS QUE NÃO QUER SABER-ME

*“A voz de minha bisavó ecoou criança nos
porões do navio”.*
(Conceição Evaristo)

Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, o Racismo é um crime imprescritível e inafiançável. Embora tenha por objetivo assegurar igualdade de direitos a todas as pessoas, o marco e a marca identitários a que pessoas negras e povos originários foram e são submetidas, a contragosto e de contínuo, não são concernentes ao que prevê a Lei.

Para além da Carta Magna, em 2003 entrou em vigor a Lei nº 10.639/03 tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas. Todavia, a Aprendizagem de si de pessoas negras continua, há muito, silenciada e apagada em detrimento do Racismo Institucional, tradicionalmente naturalizado no e por meio do Sistema Educacional e de suas metodologias vazias de real significado e de

contexto histórico e social das populações negras por ele atendido. A Colonização garantiu não apenas o enriquecimento de alguns, sobretudo um Currículo Escolar fragmentado e esvaziado de e da vida, da memória, dos afetos, do bem-querer e da importância das subjetividades e diversidades nos territórios escolares dos negros. Todavia a concepção do saber de Tradição Oral passa por princípios indissociáveis de práticas de uma escola da vida, e a Pedagogia Griô vem sistematizando seus princípios e práticas justamente no olhar, no estilo de educar e viver dignamente a partir de um Contar de Si.

Este Projeto de Intervenção “Pelo Direito de Contar-se: O Marco Identitário e Ancestral como Aprendizagem na Pedagogia Griô”, iniciou-se em 2020 e tem sido desenvolvido até os dias atuais, em escolas da Rede Pública Estadual com estudantes do Ensino Médio e durante Percursos de Formação de Professores da Rede Pública Estadual e Municipal da cidade de São Paulo, em busca de ligar o Ser e a Palavra como propriedade identitária e ancestral de uma grande e imensurável rede de autorias de histórias de vida.

JUSTIFICATIVA - A NOSSA HISTÓRIA CONTA E DEVE SER CONTADA

*“Yao é Ererê aio gunbè
Com licença do Curiandamba
Com licença do Curiacuca
Com licença do sinhô-moço
Com licença do dono de terra”.*
(Clementina de Jesus, Doca e
Geraldo Filme)

A ideia deste Projeto de Intervenção se deu por meio de minha própria História enquanto menina negra que sofrera inúmeros apagamentos que ocasionaram traumas e verdadeira desconexão comigo mesma, com minha historicidade e protagonismo, desde a infância, ao adentrar no território escolar. Sua relevância acadêmica se dá em decorrência de se preparar materiais voltados e comprometidos com a Educação para as Relações Étnico-Raciais, importante pauta a ser estudada no território escolar e que, infelizmente, caminha mui vagarosamente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em todo o Brasil. A Especialização em Educação em Direitos Humanos, ofertada pela Universidade Federal do ABC, a fim de fornecer subsídios para a realização de práticas pedagógicas voltadas a obtenção da cultura dos Direitos Humanos no âmbito educacional e da Sociedade em geral pretende, assim, fomentar um desenvolvimento de estudos, fazeres e saberes para uma Educação Antirracista, em cumprimento a Lei nº 10.639/03.

A relevância social do Projeto é contribuir para efetivar as transformações sociais para a Sociedade como um todo, buscando

favorecer uma maior compreensão e respeito pelos valores civilizatórios afro-brasileiros e o desenvolvimento de uma Educação Antirracista em Direitos Humanos, disposto a fortalecer e combater à sua institucionalização e mazelas no cotidiano escolar, por meio da Formação de Educadores e Estudantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - A PALAVRA COMO A MARCA DE IDENTIDADES

A Cultura de um povo expressa significados mui relevantes por meio de sua Linguagem, e isso como Marco Identitário, e não apenas como um elemento atrelado a manifestações artísticas e/ou mero entretenimento. Em "Currículo, Conhecimento e Cultura", Moreira e Candau (2006) discorrem diversas definições atribuídas ao Currículo Escolar, a partir da concepção de Cultura como Prática Social. Em poucas palavras, as metodologias há muito concebidas e definidas erroneamente como meras experiências escolares, precisam ser vistas não mais como parte do conhecimento, e, sim, como saberes permeados pelo protagonismo de estudantes e educadores, que, como corresponsáveis por sua própria formação, são autores de sua Escrita, de sua Arte, de sua própria Narrativa. Para tanto, buscar articular vivências e saberes desses estudantes e educadores com os conhecimentos historicamente acumulados e favorecer a construção de suas identidades sociais e culturais é o grande objetivo da Pedagogia Griô, cuja metodologia se firma no Protagonismo de todos os partícipes no território escolar e no Contar de Si mesmo.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013)

o Currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade de estudantes. Nesse sentido, os conhecimentos de si e de sua própria história também são práticas socialmente construídas, e, no que tange à Educação em Direitos Humanos e na Educação para as Relações Étnico-Raciais, exige a superação do rito escolar, que se mantém arraigado em uma pedagogia que tem por base o eurocentrismo, mantendo o foco na colonialidade do poder.

É possível, desenvolver uma Formação em Contação de Histórias de Si que possibilite práticas antirracistas, humanitárias e identitárias? Para esta análise, propomo-nos ter como ponto de partida o ano de 1988 que, segundo Silva Jr. (2000), foi um marco para a redefinição do papel da África na concepção da nacionalidade brasileira, tendo em vista que a Constituição Federal, em seus Artigos 215 e 242, reconhece a pluralidade étnica da sociedade brasileira, bem como a garantia do ensino de contribuições das diferentes etnias na formação do povo brasileiro. É importante ressaltar que o Brasil sofrera inúmeras reformas educacionais, e que garantir a inserção e o cumprimento de Leis referentes aos estudos para uma Educação Antirracista tem sido, até hoje, um longo caminho. A importância social do conhecimento histórico enquanto pessoa negra critica a visão eurocêntrica, a qual se instituiu como modelo de identidade nacional. (CANDAUI, 2010, p. 30).

Nesse longo caminho de reivindicações, o papel dos movimentos negros relativos à área da educação dá caminho à Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que afirma a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas e privadas, no âmbito de todo o currículo

escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Amadou Hampâté Bâ (1977), em seus estudos sobre a Tradição Viva, nos convida a refletir acerca da História Africana, que se conecta, diretamente, com a Oralidade, garantindo que, de nenhum modo, nos penetremos em sua sabedoria e espírito a menos que nos apoiemos nessa herança, tida como imensurável e repleta de toda espécie de conhecimentos. No contexto escolar, isso envolveria a existência e o favorecer de ações significativas e centradas nos saberes e fazeres vinculados à sensibilidade e na dialogicidade, implicando, ainda, no revisitado do Currículo Escolar, na ampliação das experiências e conhecimentos de estudantes e educadores e educadoras, tendo em vista o olhar e a escuta atentos à história de Vida Humana.

Para Bâ (1977) é nas sociedades orais que, não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também é mais forte a ligação entre o homem e a Palavra, pois permanece ligado intimamente ao que profere, comprometido por ela, sendo a própria Palavra. O acesso e permanência de rituais de vínculo e aprendizagem por meio da Ancestralidade pode vir a ser uma proposta de encantamento pelo ensino, da expressão de Si e do recordar como metodologia mui valorosa para a transformação de realidades outrora hostilizadas, apagadas e silenciadas desde o seu ingresso no Sistema Educacional centrado na homogeneidade, ocidentalização e verticalização de saberes, permeando esses saberes da e para a vida com os valores da Pedagogia Griô e da Educação em Direitos Humanos.

Entretanto, sabendo da atual conjectura do currículo escolar e de todos os mecanismos

de formação apresentados na escola, é certo que existe uma negação automática da outra pessoa, fortalecida pela ausência do respeito à Ancestralidade e da Identidade do outro, que é negado e silenciado de contínuo pelo próprio currículo que deveria atender suas necessidades enquanto sujeito de aprendizagem. Catherine Walsh (2020) vai recordar as palavras de Frantz Fanon (1983) para relacionar colonialismo a não-existência, dizendo que em virtude de ser uma negação sistemática da outra pessoa e uma determinação furiosa para negar ao outro todos os atributos de humanidade, o colonialismo obriga as pessoas a que ele mesmo domina a indagar-se: em realidade quem eu sou? (FANON apud WALSH, 2005, p.22).

Para contar-se, o fio condutor é uma metodologia voltada para si mesmo enquanto sujeito de aprendizagem: a Arte Milenar de Contar Histórias, que vem sendo pesquisada por muitos, porém, ainda sob o

enfoque da cultura eurocêntrica. Segundo o autor Toni Edson (2015), no que diz respeito aos contadores de histórias em África, falamos de culturas essencialmente orais, e, a grande maioria de seus grupos étnicos partilha seu aprendizado por meio da oralidade, do encantamento, das vivências tão significativas para o contador de histórias. Ao nos debruçarmos sobre os princípios manifestos na contação de histórias e na metodologia centrada na Pedagogia Griô, podemos considerar a necessidade de tecer fazeres e saberes dos negros desde a Educação Infantil até a Universidade, valorizando a Tradição Oral e dando a ela espaço de ressignificação, como possibilitadora de dignidade.

Como afirma Azoilda Loretto da Trindade (2013), há uma infinidade de aspectos que são imprescindíveis nessa tecitura de fazeres e saberes desde a educação infantil, dentre os quais destaco o axé vital, a oralidade, a circularidade, a corporeidade, a musicalidade e a cooperatividade.



Foto: Rosevan S. Miranda. Acervo Pessoal. Aula-Espetáculo na EEPEI MAURO DE OLIVEIRA. 2021.

Segundo a autora, tudo que é vivo e que existe tem axé, que é a energia vital de todas as coisas, coisas estas que se interligam e interagem como, por exemplo, a relação entre nossa imagem frente a um espelho. A oralidade é carregada de sentido, de marcas de nossa existência e, fazer com que se conte suas próprias histórias de vida, compartilhando saberes, memórias, desejos, fazeres... por meio da fala e da escuta pode vir a ser libertador. A circularidade, trazida pela roda indica, ainda, a renovação, o movimento, a coletividade, tão presentes nas rodas de samba, capoeira e histórias ao redor de fogueiras.

Concomitantemente aos estudos da Pedagogia Griô, a corporeidade, a musicalidade, a ludicidade e a cooperatividade na contação de Si mesmo. Assim, estudando a Tradição Oral no Brasil e se fundamentando nos ensinamentos de Amadou Hampâtè Bâ, a Pedagogia Griô vem interligando, como arte sagrada, o ser humano e a sua palavra. Segundo Líllian Pacheco, a minha história se costura com a história do outro e (...) outros exemplos, plenos sentimentos e narrativas de vida são expressos em artes e palavras que costumam discursos, textos coletivos e diálogos afetivos, dando sentido à identidade pessoal e local.

Para a autora, a expressão da identidade não se completa na vivência afetiva e cultural que facilita o desenvolvimento da consciência de si e da Ancestralidade, todavia numa missão de futuro, como um projeto de vida, que se faz necessário ser construído no plano pedagógico e participação de todos os agentes de transformação do território escolar, comunidade e famílias envolvidos neste processo (PACHECO, 2006, p.99). Contar-

se, portanto, é celebrar a si mesmo com afeto, assumindo uma postura de dignidade.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA - CAMINHANDO E RESSIGNIFICANDO O PRÓPRIO CAMINHO

Ao caminhar e ressignificar o próprio caminho sob estes aspectos da pesquisa, compreende-se que os rituais de vínculo, a saber: rodas do bem-querer, aulas-vivenciais, aulas-espetáculo permeadas com cantigas, histórias, danças, artes e saberes ancestrais; vão muito além de conteúdos importantes da cultura, história e literatura já tão propagados na escola, desde a primeira infância. A Tradição Oral possui em si uma metodologia que favorece o desenvolvimento da criatividade, da afetividade e da própria Identidade, de modo vivencial, experiencial. Este Projeto de Intervenção propõe oito encontros com a duração de duas horas, compostos por aulas-vivenciais, pretende atender estudantes do ensino médio e educadores em geral.

Pré-requisitos: A sequência didática consistirá sempre em iniciar com Práticas de Acolhimento de Si, Experiências Sensoriais que consistem na percepção do Corpo, da Voz, do Olhar e da Escuta. Há também a necessidade da preparação de Espaço de Encantamento com objetos do Bem-Querido, tais como: tecidos, jarro com água aromatizada, flores ou ervas, como hortelã, alecrim, pedrinhas, terra, moringa, alfaia, espelho, óleo de lavanda, alecrim, bonecos pretos de pano, fitas de cetim etc.

Na Pedagogia Griô, o Ritual de Vínculo e Aprendizagem integra cantigas, danças, símbolos, versos, mitos, heróis, arquétipos,

saberes, provérbios, artes, ofícios e ciências da vida de Tradição Oral da comunidade e de seu grupo étnico-cultural, numa rede de palavras e temas geradores (PACHECO, ANO, P.92).

Outrossim, os afetos e saberes vividos são expressos e apreciados, revelando a beleza em diversas linguagens artísticas e ofícios

que vêm elaborar e ressignificar a leitura da realidade, interligando, conectando as Ciências da Vida à Tradição Oral e à Identidade, motivando a criação de outros rituais plenos de significados na escola e na comunidade. Abaixo, relata-se a sequência didática adaptada para as escolas, ora utilizada junto aos estudantes, ora com os educadores durante as formações.

Estrutura geral das Aulas Vivenciais e Aula Espetáculo

Temas Geradores: Consciência de Si. Consciência da Ancestralidade.

1. *Abertura/Chegança:* Cantigas, Danças e Palavras Geradoras. Reverência (benção) aos Ancestrais e Comunidade local.
2. *Integração da Roda:* Cantigas e Danças Rítmicas do Trabalho, Coco de Roda, Ciranda, Jongo e outras.
3. *Expressão da Identidade dentro da Roda:* Jogo de Versos do Bem-Querer, Danças.
4. *Harmonização:* Cantigas de Ninar, de Embalar, Melódicas e de Afeto.
5. *Contação de Histórias e Mitos:* Em ambientes afetivos, facilitados pela reverência à Escuta, à Palavra Geradora e ao Diálogo de Saberes.
6. *Expressão Artística e Artesanal:* Motiva pesquisas e vivências para a construção do conhecimento holístico por meio das artes e ofícios. Produção e apreciação, partilha de Histórias de Vida.
7. *Despedida:* Registros e Memórias do vivido; Cantigas e Danças de Roda. Caminhadas de despedida.



Foto: Bruna Carolina Andrade. Aula-Espetáculo. EMEI ZÉLIA GATTAI. Acervo Pessoal. 2022.

Programa dos encontros

1 - Aula Espetáculo

- A. Chegança com instrumentos de percussão e Canto I (Clementina de Jesus, Doca e Geraldo Filme). Disponível: https://youtu.be/EQ_mWv_dxYo
- B. Práticas de Relaxamento, Respiração, Silêncio.
- C. Narrativa de Conto Autoral. “Pele de Frango Frita”. O falar de si: Relato de experiências pessoais diante de apagamentos no cotidiano, sofridos e naturalizados no território escolar nos Anos 80.
- D. Despedida. Jongo. Tradição Oral. Adeus, que eu já vou m’imbora” (Jongo)

2 - Aula Vivencial I

- A. Chegança com instrumentos de percussão e Canto II (Clementina de Jesus, Doca e Geraldo Filme). Disponível em: <https://youtu.be/L5-ebjlQxys>
- B. Contextualização de Conto Autoral com a História da Era Colonial, Escravidão, Libertação dos Escravizados.
- C. Musicalização. Tradição Oral. Canto do Bem-querer: Tava Sentada na Pedra (Lydia Hortélio).
- D. Narrativa de Conto Autoral. “As Coleções de Bitta”
- E. Despedida. Maracatu do Congo. Orquestra Afro-sinfônica. Disponível em: <https://youtu.be/zKqbpeX0NdE>

3 - Aula Vivencial II

- A. Chegança. Canto. Chegou o Rei Congo. (Orquestra Afro-Brasileira-Obaluayê!). Disponível em: <https://youtu.be/YMq87VFuBu4>
- B. Retomada de “As Coleções de Bitta”. Contextualizar brevemente as desigualdades sociais da Infância no Brasil, a escolarização negada enquanto Direito de Aprendizagem às populações negras nos Séculos 18, 19, 20 e 21.
- C. Convite a partilha de relatos pessoais sobre o Tema. Reflexão: O que mudou? O que prevalece?
- D. Despedida. Canção da Partida. Marcha dos Pescadores. (Dorival Caymmi). Disponível em: <https://youtu.be/uZHUMJsq-Y8>

4 - Aula Vivencial III

- A. Chegança. Canto. Kamiole.
- B. Oficina de Leitura: Em Busca de Mim, de Viola Davis. Capítulo II.
- C. Reflexão sobre o texto. Relato pessoal.
- D. Debate: A necessidade de contar sua História. Implicações do Racismo no Cotidiano Escolar.
- E. Despedida. Canção. Reza pra Sair. (Vissungos no Rosário). Disponível em: <https://youtu.be/SLLAoNTwWhk>

5 - Aula Vivencial IV

- A. Chegança. Canto. Iaiá, que lindas são as flores (Tradição Oral).
- B. Roda de Conversa Temática. O falar de si: Relato de experiências profissionais diante de apagamentos no cotidiano que permanecem e prevalecem no território escolar.
- C. Roda do Bem-Querer com Espelho. Acolher-se para Tornar a Ser.
- D. Despedida. Música. Kalunga. (Orquestra Afro-Brasileira-Obaluayê!). Disponível em: <https://youtu.be/c6uTC2Gc1CU>

6 - Aula Vivencial V

- A. Chegança. Funga Alafia.
- B. Roda de Conversa. Histórias Que Importam I. A Minha História e a “História” do Brasil. Correlações singulares e plurais com os saberes colonizadores.
- C. Convite à fala. Proposta de elaboração de texto coletivo de Histórias que importam.
- D. Roda de História. Conto Autoral. “Lourdes Menina, Mocinha, Mulher”.
- E. Despedida. Música. Ararunaiana II. (Emcantar, 2016). Disponível em: <https://youtu.be/hPN3muXL8E8>

7 - Aula Vivencial VI

- A. Chegança. Leva Eu, Saudade. (As Destaladeiras de Fumo de Arapiraca). Disponível em: <https://youtu.be/WEZo7xrvL2U>
- B. Roda de Conversa. Histórias Que Importam II: A nossa História e a Construção do Saber-se na escola. O revisitar do PPP e a inserção da Educação em Direitos Humanos e a Educação Antirracista em sua concepção.
- C. Roda de História. Conto Autoral. Conto de Encandear Meninas.
- D. Elaboração de Proposta de Trabalho centrado nas práticas de ensino antirracista segundo a clientela atendida pela escola.
- E. Despedida. Música. Candeeiro de Vovó. (Dona Ivone Lara). Disponível em: <https://youtu.be/xrbgL-d6S1g>

8 - Aula Vivencial VII

- A. Chegança. Samba Lelê. (Maracatu Leão Coroado). Disponível em: https://youtu.be/Zn_CqZp9DhM
- B. Roda de História. Conto Autoral. O Sonho de Fayola.
- C. Ateliê das Artes. Proposta performática do Contar-se por meio da Arte. Individual ou Coletivamente, realizar um Registro de Si, por meio de uma Performance (Pintura, Desenho, Escrita, Colagem, Escultura, Fotografia, Canto, Dança, Conto, Teatro, etc.).
- D. Apresentação de sua criação.
- E. Despedida. Eminência Parda. (Emicida). Disponível em: <https://youtu.be/fXHpmuPJ4Ks>



Alegria, Alegria!
Pintura por Bitta Bardo, Técnica Mista. Pirituba, SP, 2022.

RESULTADOS: A PARTILHA DE SABERES E FAZERES

A Aula Espetáculo se deu para Educadores, Estudantes e Cursistas de Pedagogia, com a presença de 95 pessoas em sua totalidade, nos anos de 2020 a 2022. Além da Aula Espetáculo, foram planejadas para este Projeto de Intervenção mais sete encontros (Aulas Vivenciais) de duas horas, dos quais foram realizados quatro, em momentos distintos e segmentados. Para os Estudantes, os encontros se deram presencial e virtualmente no Mês da Mulher, na Semana da Consciência Negra e no Mês da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Jovens da 1ª, 2ª e 3ª séries se reuniram para discutir sobre o Racismo apresentado e sofrido nas escolas e as sequelas do mesmo em situações cotidianas, tais como perseguição policial, falta de representatividade no cenário político, e as desigualdades sociais como herança da Abolição da Escravatura. Para Educadores as Aulas Vivenciais se deram em momentos de Formação Continuada, em situações de planejamento, pelo convite da Coordenação Pedagógica das escolas. Foi desenvolvido, assim, em Jornadas Pedagógicas e Projeto Especial de Ação, via Plataforma *Meet*, a fim de revisitarem seu Projeto Político Pedagógico sob o enfoque de uma Educação Antirracista. Nestas Unidades Educacionais, alguns educadores partilharam suas experiências, relatando angústias referentes aos apagamentos causados na e pela escola. Sentiram-se muito à vontade em partilhar acerca das dificuldades que apresentam em trabalhar com esta pauta, devido à religiosidade das famílias atendidas. No entanto, apreciaram muito as cantigas e contos autorais, percebendo a necessidade de valorar tanto a sua história quanto a das

crianças atendidas pelas Unidades Educacionais. Para Cursistas de Pedagogia realizou-se a Aula Espetáculo virtualmente e, em sua maioria, apesar de parecerem atentos e sensibilizados pelo Encontro, estes permaneceram calados. Por fim, no IV Congresso de Educação para as Relações Étnico-Raciais, cujo cerne foi o de promover discussões e reflexões acerca do Racismo Estrutural e partilhar práticas antirracistas, realizado pelo Núcleo de Educação da Secretaria Municipal de São Paulo, realizou-se uma mini Aula-Espetáculo na qual se partilhou contos autorais, musicalização e perguntas disparadoras que repercutiram em grande sensibilização e partilha de situações também sofridas na escola. Ao final deste encontro, decidiu-se em prosseguir com os estudos dessas boas práticas, em consonância e para além do Congresso e seus desdobramentos.

Em todos os grupos atendidos, notou-se o seguinte quadro: muitos relataram acerca da hostilidade com que foram tratados por colegas e professores, no ambiente escolar, seja público, seja privado, afirmando que sim, o Racismo Estrutural e Institucional realmente existe e gera feridas, doenças, falta de identificação enquanto ser humano. Principalmente se a pele for mais retinta, e o cabelo crespo. Muitos educadores se viram angustiados, em especial, na falta de cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 em seus espaços escolares, bem como a afronta que se dá por desejar desenvolver projetos permeados pela Afrocentricidade.

Perceberam a necessidade de não apenas acolher esta pauta, mas de lutar em busca de decisões e formações de qualidade, que favoreçam o encontro e/ou reencontro das crianças e estudantes negros com a História

da África, com a beleza, culturas e riquezas imensuráveis deste grandioso continente do qual descendemos.

E, inclusive, enquanto herdeiros de seres humanos que mudaram os territórios por onde passaram. Jovens estudantes relataram acerca da necessidade de perceber-se em sua condição de privilégios, por exemplo, por não serem negros e poderem experimentar inúmeras possibilidades nas quais uma pessoa preta já não tem tanta facilidade, mediante ao preconceito. Também se refletiu na questão da evasão escolar, analfabetismo e todas as Desigualdades deflagradas por meio da Escravidão. Esperava-se que houvesse um reconhecimento e pertencimento de negros em cada um destes territórios, e que pessoas não-brancas se atentassem a tais situações, o que sobrepujou às expectativas, tendo em vista que se admitia tal fragilidade frente as estruturas do Racismo e da necessária luta coletiva para reduzir tamanhos danos. Em relação às Aulas Vivenciais e Rodas ainda não realizadas, espera-se que Educadores e Estudantes se percebam como autores de sua historicidade, que contem sobre si e se vejam como corresponsáveis pela transformação de seu entorno, no que concerne à construção de práticas antirracistas, bem como no acesso, permanência e revisão contínuas do Projeto Político Pedagógico de suas Unidades Educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - O CONTAR-SE COMO COMBATE AO RACISMO

Contar a si mesmo, trazendo à memória quem somos e a que viemos nem sempre foi, é e/ou será fácil. As mazelas do Racismo

e seus desdobramentos ferem profundamente as pessoas pretas desde a mais tenra idade. Desta forma, procuramos apresentar Encontros que possibilitem a escuta ativa e afetuosa sobre si e sua própria História de Vida, vislumbrando um trabalho de encantamento sobre si enquanto Ser Humano complexo, inteiro e produtor de saberes e fazeres relevantes e essenciais para a construção de seus marcos identitários. Ao atender a Educadores, Cursistas de Pedagogia e Estudantes do Ensino Médio, em estabelecimentos de ensino público, com os objetivos de possibilitar ressignificação de aprendizados antirracistas, consciência de si e do outro na escola, e, acreditando na concepção da Tradição Oral Africana como propulsora de pertencimento histórico-cultural de pessoas pretas, procurou-se oportunizar o desenvolvimento da Identidade por meio da Contação de Histórias e seus princípios e práticas enraizados nas memórias afetivas, artes e ofícios da Pedagogia Griô. Por fim, a formação em Educação em Direitos Humanos deve ser a grande precursora de situações de aprendizagem singular e coletiva, numa perspectiva de acolhimento e apreço às diversidades em combate ao Racismo.



Adinkra *Nsa Ko, Na Nsa Aba*, “mão vai, mão retorna”. Símbolo que reforça a cooperação e a ajuda mútua em comunidade, já que, em comunidade, todes estão ligades.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, D.F., 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 11 julho 2022.
- BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso 11 julho 2022.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf/view. Acesso 11 julho 2022.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação em Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso 11 julho 2022.
- BRASIL. Lei nº 8069 de 13/07/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNICEF, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso 12 julho 2022.
- OLIVEIRA, L. F., CANDAU, V. M.F. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 26, nº 01, p. 15-40, 2010.
- DAVIS, V., RIBEIRO, K. Em Busca de Mim. Editora Best Seller. Rio de Janeiro, 2019.
- BÂ, A. H. “A Tradição Viva”. In: KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África. V. 1. São Paulo: Ática/Unesco, 1980.
- SILVA, G. R. Azoilda Loretto da Trindade: O Baobá dos Valores Civilizatórios AfroBrasileiros. Editora Metanoia. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2021.
- SANTOS, T. E.C., Negros pingos nos “is”: djeli na África Ocidental; griô como transcrição; e oralidade como um possível pilar da cena negra. Urdimento, v. 1, n. 24, p 157-173, 2015.
- PACHECO, L. Pedagogia Griô. A Reinvenção da Roda da Vida. 1ª Edição. Bahia, 2006. PACHECO, L. Aula espetáculo Griô. In: _____. Pedagogia Griô. Bahia, 2021.
- CARVALHO, L. R. de A. S. Músicas Africanas na sala de aula: cantando, tocando e dançando nossas raízes negras. 1. Ed.- São Paulo: Duna Duetto, 2010.
- ALBUQUERQUE, W., FRAGA, W. Escravos e Escravidão no Brasil. In: Uma História do Negro no Brasil. Salvador/Brasília: CEAQ/Fundação Palmares, 2006. Cap.3. Disponível em https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos_outros/EX003.pdf.
- Músicas, Cantigas e Canções “Cantos dos Escravos I e II”. Ano: 1982. Artistas: Doca / Geraldo Filme / Clementina de Jesus / Diversos Recolhidos por Aires da Mata Machado Filho na região de São João da Chapada, município de Diamantina - Minas Gerais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gil3Mw32OnU&t=110s>
- “Chegou o Rei Congo” e “Kalunga”. LP Obaluayê! Ano: 1942. Lançado pela Todamérica, com composições de Abigail Moura. Orquestra Afrobrasileira. Gravadora: Eldorado.
- “Maracatu do Congo”. Orquestra Afrosinfônica Orín, a Língua dos Anjos. Ano: 2020. Máquina de Louco Edições Musicais. Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zKqbpeX0NdE>
- “Canção da Partida”. (Marcha dos Pescadores) - Suíte dos Pescadores Minha jangada vai sair pro mar. Dorival Caymmi. Ano: 2010. Bahia. Disponível em: <https://youtu.be/uZHUMJsq-Y8>
- “Reza pra sair”. Vissungos no Rosário: cantos da tradição banto em Minas (ufmg.br). Minas Gerais. Ano: 2012. Disponível em: <https://youtu.be/SILAoNTwW/hk>